



**III CONGRESSO IBERO-AMERICANO  
HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO MATEMÁTICA  
BELÉM – PARÁ – BRASIL  
04 a 07 de novembro de 2015  
ISSN 978-85-89097-68-0**

**O ENSINO DE DESENHO  
DURANTE A PRIMEIRA REPÚBLICA PARANAENSE**

**Alexsandra Camara<sup>119</sup>**

**RESUMO**

O artigo analisa a trajetória do ensino de Desenho durante a primeira república no estado do Paraná. Como documentos de pesquisa recorreu-se à legislação, a revistas pedagógicas e a livros didáticos de grande circulação no período analisado. Percebe-se a intenção de um ensino que tem como base a observação e a experimentação e o aluno como o centro desse processo, onde o ensino deveria estar pautado em suas necessidades sociais, preocupando-se com a iniciação estética, o progresso industrial e o seu futuro profissional.

**Palavras-chave:** Desenho, primeira república, escola primária.

**1) A LEGISLAÇÃO PARANAENSE (1889 A 1930) E O PROGRAMA DE DESENHO**

No início da República o Estado do Paraná vivenciava dificuldades em relação às questões de centralização e descentralização do ensino, as primeiras ações no setor educacional foram temáticas de inúmeros governadores que dirigiam o Estado. Embora já se fizesse presente, no cenário paranaense no final do período provincial, um número

---

<sup>119</sup> Doutoranda da Pontifícia Universidade Católica do Paraná. E-mail: ale-prof@hotmail.com

significativo de escolas primárias, tal quantitativo ainda era insuficiente para o atendimento da grande população. Conforme apresentado por Blanck Miguel (2006, p. 188):

No período de 1853 a 1889, a implantação, manutenção e organização da instituição escolar primária passaram a ser responsabilidade do governo provincial. Quando da emancipação da 5ª Comarca da Província de São Paulo (29 de agosto de 1853) e da criação da província do Paraná, a situação dessa nova unidade provincial caracterizava-se pelo abandono, segundo alguns autores. Waschowicz, fundamentada na leitura dos relatórios, afirmava que em 1854, havia um total de 604 alunos em escolas primárias públicas do sexo masculino, 60 em escolas particulares para o mesmo sexo e 258 alunas para uma população de 5.376 meninos e 4.709 meninas em idade escolar, o que significa que eram atendidos apenas 12,3% da população escolar masculina e 5,4% da feminina.

Nessa perspectiva, a primeira década republicana no Estado do Paraná foi um período de elaboração de diversas leis, decretos e regulamentos para organização e difusão de escolas primárias.

O primeiro Regulamento da Instrução Pública (PR. Decr. nº 31/1890, p. 39-50), aprovado em 29 de janeiro de 1890, foi assinado pelo segundo Governador do Estado, José Marques Guimarães, na fase de transição política republicana. Muitas das marcas do liberalismo estavam presentes, como a liberdade de ensino conferida aos particulares e o livre exercício do magistério em qualquer dos níveis de ensino. A filosofia positivista emprestou-lhe seu caráter prático, utilitário, patriótico e anti-dogmático por meio da obrigatoriedade do ensino moral e cívico, em lugar do religioso. O Regulamento de 1890 trouxe determinações para o ensino primário, Instituto Paranaense e Escola Normal, fazendo menção ao ensino industrial e agrícola, este último voltado para os estudo e produtividade da terra.

No ano seguinte, foi aprovado o segundo “Regulamento da Instrução Pública (PR. Acto de 30-0301891, p. 319-55), com as mesmas características filosóficas, da liberdade de ensino e da desvinculação da influência doutrinário dogmática. Pelo Regulamento a instrução pública dividiu-se em primária, secundária, normal, superior e industrial. O ensino primário foi dividido em dois graus: elementar e complementar.

Em 7 de abril de 1892 (PR. Constituição Estadual, 1892, p. XXIV), foi aprovada a Constituição Estadual, que conferiu novo ordenamento jurídico ao Estado. Em decorrência, foi sancionado o “Regulamento do Ensino Popular” (PR. Decr. nº 2/1892, p. 264-82),

estabelecendo normas para os ensinos primário, ginásial e Normal (PR. Decr. nº 3/1892, p. 432-58).

Em 1895, novo “Regulamento da Instrução Pública do Estado” (PR. Decr. nº 35/1895, p. 38-86) era aprovado, guardando os mesmos princípios das legislações anteriores, dividindo o ensino primário em três graus: 1º, 2º e misto. A inovação do grau misto nada mais foi senão a conjugação de parte dos estudos de 1º e 2º graus, criado para funcionar em lugares menores. A aprovação desse Regulamento deveu-se às dificuldades criadas pelo anterior, com resultados quase nulos, além de problemas com a estruturação da inspeção do ensino, classificação dos professores e contratos de regências.

Em 1901, o “Regulamento da Instrução do Estado do Paraná” (PR. Decr. nº 93/1901, p. 83-158) foi aprovado por Xavier da Silva e tratou dos mesmos setores do ensino, tendo extinguido o grau misto e restabelecido o ensino de 1º grau para todas as escolas em geral, reservando o 2º grau para as escolas das cidades. Ainda, designou-se a escola primária anexa ao Ginásio Paranaense para servir de Escola Modelo às alunas da Escola Normal, para ali se exercitarem na prática.

Em 1912, a lei nº 1.236 (PR. Lei nº 1.236/1912, p. 139-54) tratou do ensino público em geral, com artigos destinados à organização dos grupos escolares. Nesse ano, em razão da liberação aos particulares para criarem cursos superiores, dada pela Reforma Rivadávia Correia, foi fundada a Universidade do Paraná, em Curitiba, obtendo o reconhecimento e a contribuição para o seu patrimônio, pelo Governo do Estado, no ano seguinte (PR. Lei nº 1/1913, p. 41).

O Código de Ensino, aprovado em 1915 (PR. Decr. nº 710/1915, p. 335-95) foi onde as leis especiais foram regulamentadas, instituídas desde 1901, a partir de escolas maternais, jardins de infância, seriação do ensino em quatro séries consecutivas e categorização dos tipos de escolas, em simples, ambulantes, combinadas ou grupo escolares. Em 1916 o Conselho superior do ensino Primário do Estado do Paraná aprova os programas de ensino e sua execução nos institutos públicos do curso primário do estado do Paraná. Analisando os livros indicados pelo programa

Em 1917, o Governo aprovou outro “Código de Ensino”(PR. Decr. nº 17/1917, p. 9-91), enfatizando a propagação do ensino e a promoção de conferências visando a valorização da educação. Apesar do Código de 1917 repetir boa parte do de 1915, seus dispositivos abrangiam desde o maternal até a universidade. A criação da Revista

Pedagógica, neste Código, tinha por finalidade colocar o magistério em contato com métodos e práticas do ensino moderno.

A década de 1920 foi marcada pelo aceleramento da industrialização e com a urbanização em expansão, populações camponesas e imigrantes encontravam espaço para subsistir nos grandes centros. Nesse período Affonso Alves Camargo deixava o governo e Caetano Munhoz da Rocha assumia. Diante da necessidade de mudança o seguinte pedido foi realizado e atendido pelo ex-presidente de São Paulo, o Sr. Dr. Altino Arantes.

Considerando que um aparelho escolar depende sobretudo da orientação pedagógica que aos seus chefes cabe imprimir e tendo em conta que o Estado de São Paulo nesse particular pode servir de modelo, julguei acertado solicitar do seu ilustre Governo a vinda de um técnico que em comissão, exercesse o alto cargo de Inspetor Geral do Ensino (PARANÁ, MENSAGENS DE GOVERNO, 1920, p. 91).

No Estado do Paraná, em 1920, o professor Cezar Prieto Martinez foi nomeado para o cargo de Inspetor Geral do Ensino na gestão do Presidente do Estado Caetano Munhoz da Rocha, responsável pela concepção do Código de Ensino. Destaca o professor no Relatório referente a 1920:

Tive a honra de ser o escolhido dentre [...] professores do meu Estado para desempenhar neste [...] prospero Paraná o cargo, em comissão, de Inspector Geral do Ensino, com o fim especial de remodelar o aparelho escolar existente.

(MARTINEZ, 1920, p. 03).

A remodelação do ensino primário, inserindo novos métodos, e a criação de escolas, segundo ele, foram medidas que proporcionaram contribuições à redução do analfabetismo e incentivo a causa da nacionalização. Tornar a escola eficiente por meio de funcionamento regular, adequar a sua localização aos locais em que fosse necessária, e inspirar o mestre a cumprir a missão patriótica a que foi designado.

Neste contexto, é criada a Lei n. 1999, de 9 de abril de 1920 que prescreve a aprovação de um programa de ensino para os grupos escolares do estado do Paraná. Na portaria n. 86, em 19 de Agosto de 1921, o Sr. Inspetor Geral de ensino Marins Alves de Camargo, aprova o programa de ensino para os grupos escolares do estado. Ao final da apresentação dos programas há um texto de execução dos horários e dos programas que é assinado por Cesar Prieto Martinez. O programa discrimina as matérias a serem estudadas

apresentando seus conteúdos e algumas instruções com relação à execução dos horários e dos programas.

A seguir é apresentada uma tabela que constam os conteúdos de alguns programas do ensino primário do estado do Paraná no que se refere à matéria que apresentam elementos de Desenho.

<b>1890</b>	Elementos de aritmética compreendendo o systema métrico e desenho linear. Desenho com aplicação às artes e a indústria.
<b>1891</b>	Elementos de aritmética compreendendo o systema métrico e desenho linear. Desenho com aplicação às artes.
<b>1895</b>	Elementos de aritmética compreendendo o systema métrico e desenho linear. Noções de geometria plana.
<b>1901</b>	Noções de desenho linear. Noções de geometria plana.
<b>1912</b>	Geometria – noções fundamentaes e conhecimento das principaes formas geométricas, desenho à mão livre e geométrico.
<b>1916</b>	Estudos das formas das cousas, suas semelhanças e diferenças, desenho linear, estudo das cores, sua classificação, semelhanças, diferenças, combinações; desenhos: cadernos quadriculados, de preferencia com modelos.  Desenhos de objetos de uso comum e desenho: cadernos do “Discipulo Parisiense” ou outros do mesmo gênero.  Geometria rudimentar com aplicações uteis. Continuação progressiva do desenho do natural. Livro: Geometria: Desenho Linear de Abilio C. Borges.  Geometria: recapitulação e maior desenvolvimento da matéria estudada na série anterior; aplicações e solução. Desenho: continuação progressiva da série anterior e desenho do natural. Livros “Noções de Geometria Prática de Olavo Freire”.
<b>1921</b>	Desenho no quadro negro ou no papel, de objetos simples, a lápis ou a giz de cor. Desenho original ou de invenção.  Desenho de animaes, plantas e objetos de uso comum, feitos a lápis, à vista do modelo do natural. Desenhos decorativos, copiados ou inventados pelo

aluno. Desenho de paisagens simples. Reprodução de modelos em diversas posições. Desenho de imaginação. Desenho de animais, plantas, folhas, paisagem, etc. Reprodução de grupos e de sólidos geométricos. Desenho dictado e original.
---

O ensino de Desenho nos Programas do Paraná na Primeira República é bastante extenso como se observa na tabela, trabalha-se com o desenho linear, geométrico e artístico. Também são apresentados alguns materiais didáticos que deveriam ser utilizados, sendo assim segue uma discussão sobre esses instrumentos para que possamos compreender melhor como se dava o processo de ensino de Desenho na época considerada.

## **2) MATERIAL DIDÁTICO E REVISTAS PEDAGÓGICAS**

Há um artigo na revista A Escola PR, do Grêmio dos Professores Públicos, de 1906 onde a professora Julia Wanderley Petrich faz um relatório sobre sua prática no que se refere aos livros adotados, métodos de ensino e avaliações realizadas. Com relação aos métodos utilizados a professora Julia coloca que a Psicologia deveria ser utilizada juntamente com a Ciência e com a Pedagogia, pois assim o professor conseguiria ministrar um ensino mais adequado para o seu aluno. Com relação aos métodos e processos, estes deveriam variar conforme o grau em que o aluno se encontrava e a matéria que estava sendo desenvolvida. Os livros utilizados pela professora eram Arithmetica Progressiva de Antonio Trajano e Geometria Prática de Olavo Freire justificando que essas escolhas ocorreram devido à indicação do Gymnasio Paranaense e da Escola Normal.

Em pesquisa realizada por Leme e Frizzarini (2014) foi analisada a obra Geometria Prática de Olavo Freire em sua 9ª edição. As autoras relatam que a geometria é distribuída em vinte e um capítulos, sendo os treze primeiros destinados ao estudo da geometria plana, finalizando com o cálculo de áreas de polígonos. Os demais capítulos, reservados para a geometria espacial, incluem também o cálculo de áreas e volumes dos poliedros e corpos redondos.

Ao analisarem a obra perceberam que a geometria proposta tem um enfoque predominantemente prático, ao relacionar os conceitos apresentados com objetos e

ferramentas da vida diária, destacando suas aplicações em algumas profissões. Foi observado o estudo das construções geométricas com régua e compasso na maior parte do livro, que segue ao longo de todo o estudo de geometria plana. Essas construções são realizadas sem explicações ou justificativas para os procedimentos adotados.

Na revista *O Ensino* (1924) há um artigo em homenagem ao centenário do Barão de Macahubas (Abilio Cesar Borges) por ser considerado um grande propugnador da educação no país. É apresentada sua biografia relatando suas principais atividades na educação e uma lista de livros que o autor escreveu: *Relatos sobre a Instrução Publica da Bhaia* (1857), *Gramática portuguesa e franceza*, *Epitome de Geographia*, *Luziadas de Camões*, *Desenho Linear e Geometria Prática*, entre vários outros que eram distribuídos gratuitamente por todo o país.

Foi analisada a obra *Desenho Linear e Geometria Prática* de Abilio Cesar Borges do ano de (1938) que se encontra em sua 19ª edição. Na introdução da obra o autor apresenta algumas discussões sobre o ensino de Desenho que foram escritas nas duas primeiras edições (1878 e 1882).

“Tão necessário é o estudo da Arithmetica para as mais comuns transações da vida, como o da geometria para o desenvolvimento e para a tempera da inteligência. [...]O estudo de desenho geométrico pode e deve começar ao mesmo tempo que o da escrita; pois as figuras geométricas não são mais difíceis de traçar do que as letras do alfabeto.[...]. Como a importância do desenho, tanto para o desenvolvimento das faculdades humanas, quanto para o progresso industrial, torna-se de dia em dia melhor compreendido, seu ensino irá encontrando menos oposição. [...] é o melhor meio de desenvolver a faculdade da observação, e de crear o gosto do bello na natureza e nas obras d'arte; que é indispensável ao architecto, ao gravador, ao escultor, ao mecânico e aos operários em geral; que enfim dá ao olho e à mão uma educação que todos teem necessidade.”

Percebe-se a importância que Borges oferece ao ensino de Desenho nas escolas brasileiras no sentido de auxiliar em suas formações profissionais e também como forma de apreciação do belo.

O livro apresenta, na primeira parte, noções preliminares, posteriormente são desenvolvidos 11 capítulos com variados temas (ponto, linha, ângulo, polígono, figuras formadas por linhas curvas, sólidos de arestas e sólidos redondos) e um último item sobre exercícios gráficos.

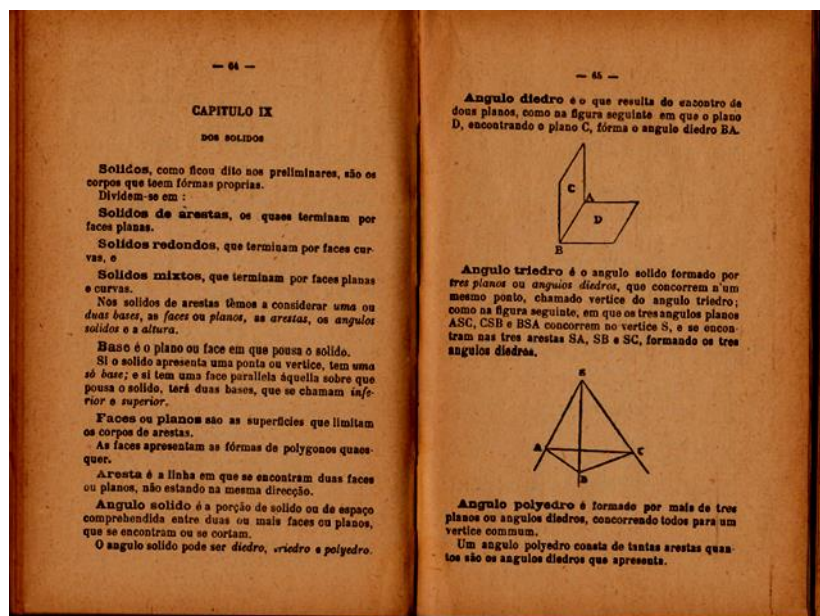


Figura 1: Borges (1938), p.64 e p.65



Figura 2: Borges (1938), exercícios gráficos

Durante o desenvolvimento dos capítulos são apresentadas algumas definições sem rigorosidade matemática, conforme figura 1, onde encontramos uma discussão sobre sólidos geométricos em que o sólido “é um corpo que tem forma própria”. Ao final do capítulo há uma sugestão de que a escola deveria possuir modelos de madeira, cartão ou metal para que o ensino se tornasse mais proveitoso e ameno e um questionário sobre as definições apresentadas (O que é sólido? Como se dividem os sólidos? O que é sólido de



aresta?). Ao final do livro são apresentados os exercícios gráficos, conforme figura 2, onde há vários desenhos artísticos formados por retas, polígonos, circunferências e outras curvas.

No programa de 1916 foi sugerida a utilização dos cadernos do “O Discípulo Parisiense” ou outros do mesmo gênero. Ao realizar uma pesquisa em sebos da cidade de Curitiba foi encontrada uma coleção de 12 cadernos Discípulo Parisiense do ano de 1926, Monoroco Irmanos Editores Impressores de Paris que pertencia a Aymo Perotti.



Figura 3: O Discípulo Parisiense – Capa

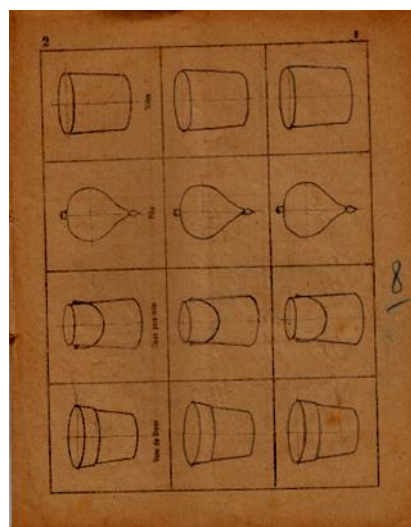


Figura 4: O Discípulo Parisiense – Caderno 2 – p.6

Os quatro primeiros cadernos são exercícios preparatórios (linhas e objetos muito simples e usuais) e os demais são: Desenho linear, Ornamento, Casas Pequenas, Flores, Animaes, Debuxos de Fantasia e Figuras. Em cada um dos cadernos são apresentadas sugestões que auxiliam na realização dos desenhos e figuras desenhadas e espaços para que os alunos fizessem a cópia desses desenhos, conforme o exemplo do caderno 2, na página 6, onde o aluno realizou as cópias do vaso de flores, da caixa para leite, do pião e do pote de vidro.

O Instituto Nacional de Educação – INEP em parceria com o Instituto Parananense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES) publicou, em 1997, 11 teses apresentadas na I Conferência Nacional de Educação, realizada em Curitiba no ano de 1927. As teses agruparam-se em temas como: a unidade nacional; a organização do ensino; educação, política e voto; educação e questões femininas; higiene e educação sexual e pedagogia.

Entre os temas apresentados a tese 17 intitulada “Pela Educação Estética”, de Fernando Nereu de Sampaio, apresenta uma discussão sobre o ensino de Desenho. O autor coloca que, no Brasil, somente os artistas estudavam Estética. Afirma que a iniciação estética era imperfeita, que a sociedade não tinha essa cultura, não era capaz de sentir as artes do desenho e mal interpretava a música. Segundo o autor, o ensino de Desenho havia se transformado “em horas de suplício onde só os néscios se deleitavam”. Relata que a Inglaterra, ao perceber que precisava desenvolver a competência estética da população, apresentou como primeira atitude a reformulação do currículo de Desenho, Modelagem e Artes Manuais baseando-se no objetivo fundamental de despertar o interesse e o gosto pela arte. Termina o artigo aconselhando os governos dos estados para cuidarem das reformas dos programas dessas matérias nas escolas primárias, orientando-os no sentido da educação do gosto sem, contudo, desvirtuar sua função pedagógica.

No ano de 1926 foi publicado um material que continha metodologias sugeridas para auxiliar os programas do Estado do Paraná. A Metodologia da Aritmética e Geometria foi escrita por Oswaldo Pilotto e a Metodologia de Desenho por Esther Franco da Costa.

Costa (1926) após discutir alguns métodos para o ensino do Desenho como os de Pestalozzi, do alemão Jose Remaevver e de Frederico Otto, reitor do colégio Muhlmen (Alemanha), apresenta uma metodologia intitulada “Marcha para o Desenho” em que são apresentadas as seguintes etapas:

- 1º - Deve-se iniciar o desenho com alguns exercícios preparatórios afim de habituar a destreza muscular da mão.
- 2º - Seguirão logo os exercícios de modelo de forma do natural simples (preferindo os objetos usuais conhecidos pelos alunos).
- 3º - Cópia das mesmas formas, com o modelo natural a vista, traçam somente o contorno sem detalhes.
- 4º - Idem, com detalhes fáceis.
- 5º - Reproduzir as mesmas formas sem o modelo natural a vista.
- 6º - Desenho de memória.
- 7º - Combinação de formas.
- 8º - Desenho inventivo.

Costa (1926) continua o texto explicando como deveriam ser as etapas de uma aula de Desenho. Inicialmente, o professor deveria apresentar o modelo (objeto natural),

fazendo com que o aluno o observasse atentamente e que ao lado deveria ser apresentada a representação gráfica na mesma posição. Em seguida, deveriam realizar um estudo analítico das diversas partes do objeto e então o professor desenharia, parte por parte, no quadro negro e os alunos acompanhariam em seus cadernos. Finalmente, o professor deveria examinar os trabalhos executados pelos alunos, fazer a correção no quadro negro e o desenho seria feito pelo aluno sem a ajuda do professor.

### **3) ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Na fase que se encontra esta pesquisa estavam sendo amplamente discutidas as ideias de John Dewey (1859-1952) que tinham como base a concepção de Educação e Democracia.

A sociedade que pretendesse ser democrática, defendia Dewey (1959, p. 336), não poderia prender-se a um “servilismo intelectual”, baseado na aparente atenção, docilidade, ato de decorar e de reproduzir a matéria. Para viver em uma sociedade democrática, era necessário que a educação fosse organizada nos moldes democráticos, desta forma a relação entre professor e aluno não poderia ser pautada numa relação autoritária. Embora a aprendizagem estivesse centrada no aluno, ele não rejeitava a figura do professor, principalmente porque o considerava como uma autoridade que possuía ampla experiência, a qual podia ser compartilhada com os alunos, conforme expressou, “[...] não se deve rejeitar toda a autoridade externa, mas antes deve buscar fonte mais efetiva de autoridade” (DEWEY, 1971, p. 9).

A postura dos homens ante o mundo, gerada pelas novas relações sociais de produção, exigia uma mudança metodológica, portanto, esta não era uma invenção da escola. As relações sociais pautadas na autoridade e na obediência não conseguem sustentar-se diante da liberdade e da igualdade que são acenadas pela sociedade. Assim, Dewey propôs a substituição de métodos pautados na memorização e na repetição pela observação e experimentação. Portanto o ambiente escolar precisava ser reordenado tendo por base os princípios democráticos.

A escola, de acordo com Dewey (1980), não poderia ser, simplesmente, a casa onde se vão estudar alguns fatos e algumas habilidades mecânicas previamente determinadas pelos programas fixos. Neste sentido, ele propunha que a escola fosse um laboratório da

vida social, uma vez que a escola refletia imediatamente todas as nuances da sociedade, desde as diferenças culturais, cognitivas e, principalmente, as econômicas, assim:

A escola deve assumir a feição de uma comunidade em miniatura, ensinando situações de comunicação de umas a outras pessoas, de cooperação entre elas, e ainda, estar conectada com a vida social em geral, com o trabalho de todas as demais instituições: a família, os centros de recreação e trabalho, as organizações da vida cívica, religiosa, econômica, política (DEWEY, 1967, p. 8).

Nessa concepção de escola como laboratório da vida social, Dewey propôs uma nova metodologia, voltada para o aluno como centro de interesse, voltada para a sua experiência e sua expectativa, voltada para a superação da memorização, enfim conciliando o saber teórico ao fazer prático, assim a verdade teria validade de acordo com a necessidade social do aluno.

Ao analisarmos a metodologia proposta para o ensino de Desenho no período em questão ficam evidentes vários elementos das concepções de Dewey. Percebe-se a intenção de um ensino que tem como base a observação e a experimentação e o aluno como o centro desse processo, onde o ensino deveria estar pautado em suas necessidades sociais, preocupando-se com a iniciação estética, o progresso industrial o seu futuro profissional.

#### **4) REFERÊNCIAS**

BLANCK MIGUEL, Maria Elisabeth. A história da escola pública no Paraná: entre as intenções legais e as necessidades reais. In: SHELBAUER, Anaete Regina; LOMBARDI, José Claudinei; MACHADO, Maria Cristina Gomes (Orgs.). Educação em debate: perspectivas, abordagens e historiografia. Campinas: Autores Associados, 2006. p. 187-209.

DEWEY, J. Democracia e educação. Introdução à filosofia da educação. 3 ed. São Paulo: Nacional, 1959.

\_\_\_\_\_. Vida e educação. Trad. Anísio Teixeira; 6 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1967.

\_\_\_\_\_. Experiência e educação. São Paulo: Cia Nacional, 1971.

FRIZZARINI, A. R. B. e SILVA, C. L. Primeiras Noções de Geometria Prática de Olavo Freire: um compêndio inovador? Anais Eletrônicos do 14º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia – 14º SNHCT, 2014. Disponível em:

[www.14snhct.sbhct.org.br/arquivo/download?ID\\_ARQUIVO=1820](http://www.14snhct.sbhct.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=1820). Acesso em: 20/JUL/2015.

PARANÁ. Mensagem Presidencial Estado do Paraná. Arquivo Público do Paraná. Curitiba: 1921.

PETRICH, Julia Wanderley. Revista do Grêmio dos Professores Públicos – A Escola – PR. Relatórios - Dr. Sebastião Paraná e Dario Vellozo, p. 17-25, 1906. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/116188>. Acesso em: 02/JUL/2015.

Programa dos Grupos Escolares do Estado do Paraná, 1921. Autor: Camargo, Marins Alves de Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/105310>. Acesso em: 20/MAR/2015.

Relatório do Inspetor Geral de Ensino, 1920, PR. Autor: Martinez, Cesar Prieto. Disponível em: <http://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/99764>

Regulamento da Instrução Pública (PR. Decr. nº 31/1890). Arquivo Público do Paraná.

Regulamento da Instrução Pública (PR. Acto de 30-030/1891). Arquivo Público do Paraná.

Regulamento da Instrução Pública do Estado (PR. Decr. nº 35/1895). Arquivo Público do Paraná.

Regulamento da Instrução do Estado do Paraná (PR. Decr.. nº 93/1901, p. 83-158. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/123700>. Acesso em: 20/MAR/2015.

SAMPAIO, Fernando Nereu de. Pela Educação Estética. Conferência Nacional de Educação (1927: Curitiba). Revista da I conferência Nacional de Educação/ organização de Maria José Franco Ferreira da Costa, Denilson Roberto Shena, Maria Auxiliadora Schmidt. Tese 17 - Brasília: INEP, 1997. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/123679>. Acesso em: 10/JUL/2015.